

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.893 - MG (2019/0281454-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
**ADVOGADO** : JOÃO PAULO FANUCCHI DE ALMEIDA MELO - MG107124  
**SOC. de ADV.** : ALMEIDA MELO SOCIEDADE DE ADVOGADOS  
**AGRAVADO** : PRISCILLA ROCHA DE OLIVEIRA GUIMARAES  
**ADVOGADOS** : FRANCISCO ALVES COSTA - MG088130  
AGENIR FERREIRA DA SILVA - MG100833  
**AGRAVADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - MG107878

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERPOSIÇÃO INTEMPESTIVA DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FERIADO LOCAL NO MOMENTO OPORTUNO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial da ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - FIES - DESCONTO PREVISTO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS - APLICAÇÃO NA MENSALIDADE DOS ALUNOS VINCULADOS AO FIES. Considerando que a Instituição de ensino superior estabeleceu o desconto sobre o valor da mensalidade através do "Projeto Talento" para todos os alunos, os estudantes vinculados ao FIES têm direito ao referido desconto sobre o valor integral da mensalidade de acordo com a Portaria nº1725/2001 do MEC.

Os embargos de declaração foram rejeitados. Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação aos artigos 53 da Lei 9.394/1996, 113, 187, 421, 422 do Código Civil e art. 18 da Portaria MEC nº 1.725/2001.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na intempestividade do recurso especial.

Insurge a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial deve ser considerado tempestivo.

Houve contraminuta pela parte agravada.

É o relatório. Passo a decidir.

É necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Preenchido os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial ao constatar sua intempestividade, uma vez que a parte foi intimada do acórdão recorrido em 22/02/2019, tendo protocolizado o recurso especial apenas em 20/03/2019.

Nas razões do agravo, a recorrente alega que: a) a notoriedade da ausência de expediente de segunda a quarta-feira de carnaval não atrai ônus probatório; b) houve expressa menção no recurso especial, no tópico atinente à tempestividade, à Resolução nº 458/2004 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a qual informou que não haveria expediente forense no Tribunal na segunda, terça e quarta-feira de carnaval; e c) tem direito subjetivo à sanar o vício da suposta intempestividade do recurso, uma vez que trata-se de vício de menor importância.

Ocorre que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense nos Estados e Municípios deve ser demonstrada pelo recorrente por documento oficial ou certidão expedida pelo Tribunal de origem, não bastando a mera menção ao feriado local nas razões recursais, tampouco a apresentação de documento não dotado de fé pública. (cf. AgRg no Ag 1288387/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 18/02/2015; AgRg no AREsp 527.290/MG, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 22/08/2014).

Ademais, no que diz respeito à comprovação posterior de feriado, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, chamada à interpretação do art. 1.003, § 6.º, do CPC/2015, consolidou o entendimento de que a comprovação da tempestividade do recurso deve ocorrer no ato de interposição, inclusive quanto aos eventuais feriados locais, sob pena de não conhecimento, não admitindo atuação corretiva posterior da parte. É bastante conferir o teor da ementa do julgado referido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.**

1. O propósito recursal é dizer, à luz do CPC/15, sobre a possibilidade de a parte comprovar, em agravo interno, a ocorrência de feriado local, que ensejou a prorrogação do prazo processual para a interposição do agravo em recurso especial.
2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/15, diferentemente do CPC/73, é expresso no sentido de que "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso".
3. Conquanto se reconheça que o novo Código prioriza a decisão de mérito, autorizando, inclusive, o STF e o STJ a desconsiderarem vício formal, o § 3º do seu art. 1.029 impõe, para tanto, que se trate de "recurso tempestivo".
4. A intempestividade é tida pelo Código atual como vício grave e, portanto, insanável. Daí porque não se aplica à espécie o disposto no parágrafo único do art. 932 do CPC/15, reservado às hipóteses de vícios sanáveis.
5. Seja em função de previsão expressa do atual Código de Processo Civil, seja em atenção à nova orientação do STF, a jurisprudência construída pelo STJ à luz do CPC/73 não subsiste ao CPC/15: ou se comprova o feriado local no ato da interposição do respectivo recurso, ou se considera intempestivo o recurso, operando-se, em consequência, a coisa julgada.
6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 957.821/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/

# *Superior Tribunal de Justiça*

Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 19/12/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator